



PRÁTICA ARQUEOLÓGICA E MEMÓRIA SOCIAL: REDES DE SABER E PODER NAS PESQUISAS EM ÁREAS DE EXPANSÃO DE CULTIVO NO INTERIOR PAULISTA

Archaeological Practice and Social Memory: networks of knowledge and power in the
research of cultivation expansion areas in interior of São Paulo state

Camila A. de Moraes Wichers¹

RESUMO

Nesse artigo apresento algumas reflexões acerca do cenário atual das pesquisas arqueológicas em áreas de expansão de cultivo de cana de açúcar no Estado de São Paulo. Destaco o número reduzido de pesquisas nessas áreas, sobretudo, aquelas que envolvem etapas de resgate arqueológico e processos de socialização. Como contraponto, apresento o Programa Guarani de Gestão dos Recursos Arqueológicos, que já cadastrou 62 sítios arqueológicos, alguns datados entre os séculos XV e XVII, os quais remetem a discussões sobre a colonização europeia da região e o extermínio dos grupos indígenas, a partir da problematização dos conceitos de memória coletiva, memórias exiladas e passados excluídos. Nesse sentido, a escolha de determinadas posturas teóricas e práticas metodológicas tem possibilitado o questionamento acerca da história “oficial” que excluiu as populações indígenas das memórias locais.

Palavras-chave: Arqueologia Preventiva, Musealização da Arqueologia, Memória Social

ABSTRACT

In this article I present some reflections on the current scenario of archaeological research in sugarcane expansion areas in São Paulo state. I highlight the small number of research in these areas, especially those that involve rescue and socialization processes. As a counterpoint, I present the Guarani Program of Archaeological Resources Management, which has registered 62 archaeological sites, some dating between the fifteenth and seventeenth centuries, referring to discussions about the colonization of the region and the extermination of indigenous groups, problematizing concepts of collective memory, exiled memories and excluded pasts. The choice of certain theoretical positions and methodological practices has made it possible to question the “official” history, which excluded indigenous peoples from local memories.

Keywords: Preventive Archaeology, Archaeological Musealization, Social Memory

¹ Doutora em Museologia pela ULHT/Lisboa e em Arqueologia pelo MAE/USP. Diretoria Técnica da Zanettini Arqueologia. Contato: camila@zanettiniarqueologia.com.br

RESUMEN

En este artículo presento algunas reflexiones sobre la situación actual de la investigación arqueológica en las áreas de expansión del cultivo de la caña en São Paulo. Hago hincapié en el pequeño número de estudios en este ámbito, especialmente los que implican las excavaciones y la socialización de los bienes patrimoniales. Como contrapunto, presento el programa de Gestión de Recursos Arqueológicos Guaraní, que cuenta con 62 sitios arqueológicos registrados, algunos que datan entre los siglos XV y XVII, que se refieren a las discusiones sobre la colonización europea de la región y el exterminio de los grupos indígenas. Presento desde la problematización los conceptos de la memoria colectiva, memorias exiladas y pasados excluidos. En este sentido, la elección de ciertas posiciones teóricas y prácticas metodológicas han permitido cuestionar sobre la historia "oficial" que excluía a los pueblos indígenas de las memorias locales.

Palabras clave: Arqueología Preventiva, Musealización de la Arqueología, Memoria Social

Introdução

A pesquisa arqueológica é um processo seletivo, orientado a partir de posturas teóricas e colocado em prática a partir de metodologias, configurando práticas de colecionamento (MORAES WICHERS, 2010). Tais práticas, além de gerar coleções, também produzem narrativas, colocando os arqueólogos como construtores e intérpretes do passado (SHANKS & TILLEY, 1988; 1987/1992). Assim, ao trabalhar com questões relacionadas às identidades, memórias, sistemas de dominação (ou ocultamento) de relações sociais e políticas, entre outros, a Arqueologia está inscrita em uma rede de saberes e poderes (BARROS, 2011).

Nesse artigo, proponho algumas reflexões acerca das pesquisas em curso no âmbito das áreas de expansão de cultivo de cana de açúcar no Estado de São Paulo, enfatizando a relação entre prática arqueológica e memória social.

Mais de 96% da Arqueologia Paulista é desenvolvida no âmbito do licenciamento de empreendimentos e o setor sucroalcooleiro desponta como uma das atividades produtivas que mais crescem no Estado. Contudo, um número reduzido de pesquisas tem sido realizado nessas áreas, sobretudo, no que tange às pesquisas que abrangem etapas de resgate arqueológico e correspondentes processos de socialização.

Trago, como exemplo, o Programa Guaraní de Gestão dos Recursos Arqueológicos, desenvolvido desde 2007, pela equipe da Zanettini Arqueologia, no norte do Estado. Como contraponto, esse programa já cadastrou 62 sítios arqueológicos, destacando-se a construção de histórias indígenas para essa porção do território paulista. Os processos de musealização

dessas coleções e narrativas têm possibilitado o questionamento acerca da história “oficial” que excluiu as ocupações indígenas das memórias locais, tendo como embasamento a realidade arqueológica. Nesse sentido, tem sido enfatizado, tanto na pesquisa arqueológica, como nos processos educativos, o conceito de diversidade cultural.

Arqueologia Paulista no século XXI: o lugar das pesquisas em áreas de expansão de cultivo de cana de açúcar

Os processos de seleção, estudo e preservação do patrimônio arqueológico no Estado de São Paulo têm sido marcados por continuidades e rupturas, avanços e retrocessos. Esses binômios não estão, obviamente, presentes apenas nesse Estado. Contudo, ao retomar a trajetória das pesquisas arqueológicas realizadas em São Paulo, assim como seus respectivos processos de musealização, foi possível identificar uma tensão constante entre os conceitos de desenvolvimento e preservação (MORAES WICHERS, 2011). Esses conceitos entraram, muitas vezes, em rotas irreconciliáveis, marcando a realidade paulista até os dias atuais.

Ainda na transição entre os séculos XIX e XX, esse Estado se afirmou como “locomotiva do país”, engendrando um novo modelo de desenvolvimento, pautado tanto na economia cafeeira quanto na industrialização (movimento que também imprimiu marcas nas mentalidades paulistas). No momento atual, o modelo desenvolvimentista adotado no país seguiu fortalecido no Estado de São Paulo. Cabe indagarmos como a prática arqueológica tem lidado com esse contexto.

Entre 2003 e 2012, 6.543 portarias de pesquisa arqueológica foram publicadas no Diário Oficial da União². Destas 1.029 estavam inseridas no Estado de São Paulo, ou seja, cerca de 16% das pesquisas realizadas no Brasil no período abordado. Contudo, entre as portarias emitidas para o referido Estado, apenas 17% mencionam o resgate arqueológico.

Embora outras abordagens venham assumindo uma importância crescente nas práticas arqueológicas, visto que fornecem indicadores de observação para conjunto de paisagens e seus elementos, no âmbito do licenciamento ambiental a escavação sistemática, inserida na etapa de resgate arqueológico, ocupa papel de destaque por ser, muitas vezes, a última intervenção possível em um bem arqueológico inserido em uma área a ser diretamente afetada por um empreendimento. Ou seja, no escopo da Arqueologia Preventiva o denominado resgate arqueológico é imperativo. O baixo percentual de portarias que mencionam essa atividade pode estar relacionado a dois fatores: 1) Não estão sendo

² Excetuando-se as portarias de renovação ou prorrogação de pesquisa.

detectados sítios arqueológicos; 2) Os sítios detectados não estão sendo resgatados em compasso com o licenciamento. Se esse cenário é preocupante, quando analisada a totalidade de pesquisas no recorte cronológico adotado, o quadro trazido pelas áreas de expansão de cultivo de cana de açúcar é ainda mais desolador.

Em 2011, a indústria sucroalcooleira paulista produziu 21 milhões de toneladas de açúcar e 11 milhões de metros cúbicos de etanol, que representam, respectivamente, 58% e 51% do total produzido no Brasil. Entre 2001 e 2011, a produção paulista de açúcar cresceu 121% e a de álcool 82%, impulsionada pelo mercado de biocombustíveis³. Algumas questões se colocam: se cresceu a produção, tivemos um aumento no número de pesquisas relacionadas aos licenciamentos no setor? Como a prática arqueológica tem se dado nessas áreas?

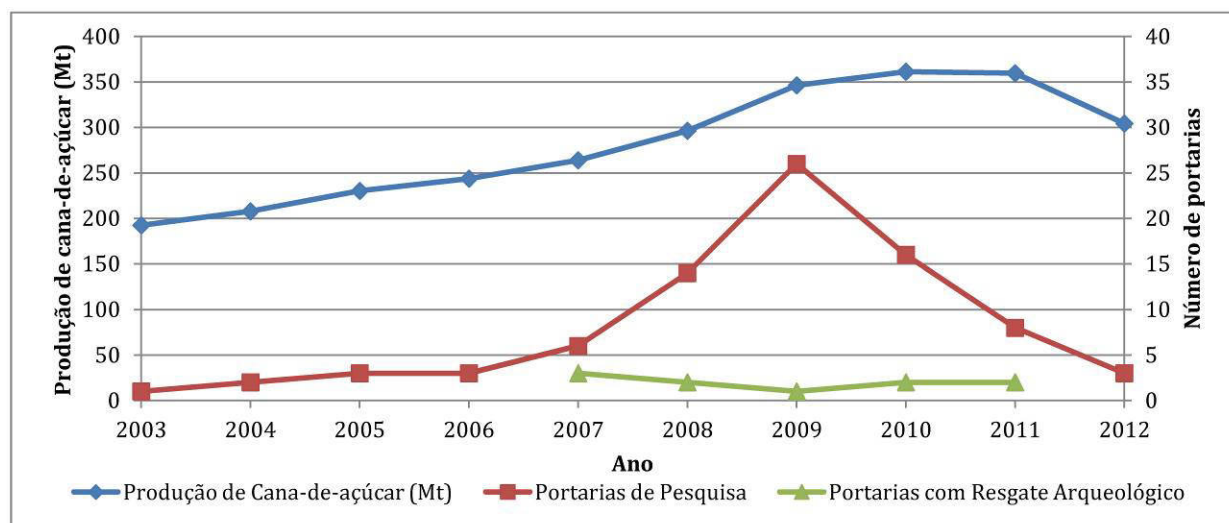


Gráfico 01. Produção de cana de açúcar e pesquisas arqueológicas associadas ao licenciamento de áreas de expansão de cultivo em São Paulo (Fonte: Diário Oficial da União e UnicaData⁴)

No período analisado, foram emitidas 82 portarias de pesquisa arqueológica para as áreas de expansão de plantio de cana de açúcar no Estado de São Paulo (cerca de 8% das portarias emitidas para o Estado entre 2003 e 2012), sendo que destas, apenas 10 envolviam resgate arqueológico (**Gráfico 01**). Essas 82 portarias de pesquisa foram emitidas para apenas nove pesquisadores coordenadores, sendo que o primeiro e o segundo lugar no *ranking* detêm 42% e 21% das portarias, respectivamente, evidenciando uma concentração em alguns arqueólogos/equipes, o que também pode significar o predomínio de determinadas posturas teóricas.

³ Dados presentes em <http://www.investe.sp.gov.br/setores/cana>. Acessado em 18 de Março de 2013.

⁴ Dados presentes em <http://www.unicaData.com.br/historico-de-producao-e-moagem.php?idMn=31&tipoHistorico=2>. Acessado em 18 de Março de 2013.

Os contextos arqueológicos inseridos em áreas de expansão de cana de açúcar apresentam configurações específicas, demandando metodologias adequadas de detecção e resgate das evidências. Isso porque, na maior parte das vezes, estamos diante de terrenos que vêm sendo utilizados para o plantio há décadas, resultando em um registro arqueológico de baixa visibilidade. Para Araújo (2001), a definição de sítios alterados ou destruídos passa pelo fato dos mesmos estarem próximos à superfície, partindo de uma ideia errônea de que apenas sítios enterrados apresentam potencial interpretativo. No entanto, todo sítio enterrado já esteve exposto em superfície e sabe-se que “o princípio de funcionamento do arado e implementos agrícolas consiste basicamente em revolver a terra, não em transportá-la” (ARAÚJO, 2001:118). Obviamente, o avanço da mecanização desses processos, no contexto atual, traz sérios riscos ao patrimônio arqueológico. Mas, no que concerne aos métodos anteriormente empregados, os processos de plantio dificultaram, mas não impossibilitaram a prática arqueológica nas extensas áreas atualmente utilizadas para o plantio de cana de açúcar, conforme exemplo a seguir.

Programa Guarani de Gestão dos Recursos Arqueológicos: alguns resultados

Bruno (1995, 2005) aponta que, no cenário brasileiro, o abandono das fontes arqueológicas resultou em uma estratigrafia do abandono e na circunscrição de tais vestígios no âmbito das memórias exiladas. Nesse sentido a autora reflete que:

Sobre esses vestígios pré-coloniais acumulam-se várias camadas de interpretações sobre mais de 500 anos de ocupação estrangeira deste território e, apesar de mais de um século de institucionalização da pesquisa e dos acervos, ainda são raras as abordagens que vinculam esses vestígios às nossas tradições e rupturas. Consolidou-se uma estratigrafia do abandono que isolou as fontes arqueológicas e as circunscreveu ao terreno das memórias exiladas (BRUNO, 2005: 237-238).

Parto da hipótese de que no norte de São Paulo, mais que esquecidas ou abandonadas, as fontes arqueológicas foram reiteradamente desprezadas, resultando em um cenário onde a reflexão elaborada por Bruno (1995, 2005) torna-se crucial. No cenário contemporâneo, o número reduzido de pesquisas, a despeito da expansão das áreas de cultivo, e o número ainda menor de resgates, mascarados por uma visão pretensamente científica de que essas áreas são de baixo potencial arqueológico e com sítios “destruídos”, reforçam visões estereotipadas das histórias desse território.

O Programa Guarani de Gestão dos Recursos Arqueológicos (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2007, 2008, 2009, 2011), está associado ao licenciamento de áreas de

expansão de cultivo de cana de açúcar, no norte do Estado de São Paulo, envolvendo os municípios indicados na **Figura 1**. Quando começamos a desenvolver o Programa⁵ nos pautamos na hipótese de que essas extensas áreas poderiam trazer informações inéditas para a realidade arqueológica paulista, desde que aplicadas metodologias adequadas, tanto no que concerne à identificação dos sítios quanto ao seu resgate. Ademais, essas áreas estavam inseridas em porções do Estado pouco conhecidas do ponto de vista da Arqueologia, o que só aumentava a relevância científica e social do programa.

Por outro lado, da minha parte, esse programa surgia como oportunidade para a construção de um trabalho que, associado às estratégias de musealização, colaborasse para a reversibilidade dos olhares acerca dos passados excluídos da região, tomando o conceito de Mackenzie & Stone (1990), já aplicado ao interior paulista por Rodrigues & Schiavetto (1999). Para tanto, os contextos arqueológicos tinham que ser identificados, analisados, interpretados e socializados com as comunidades envolvidas.

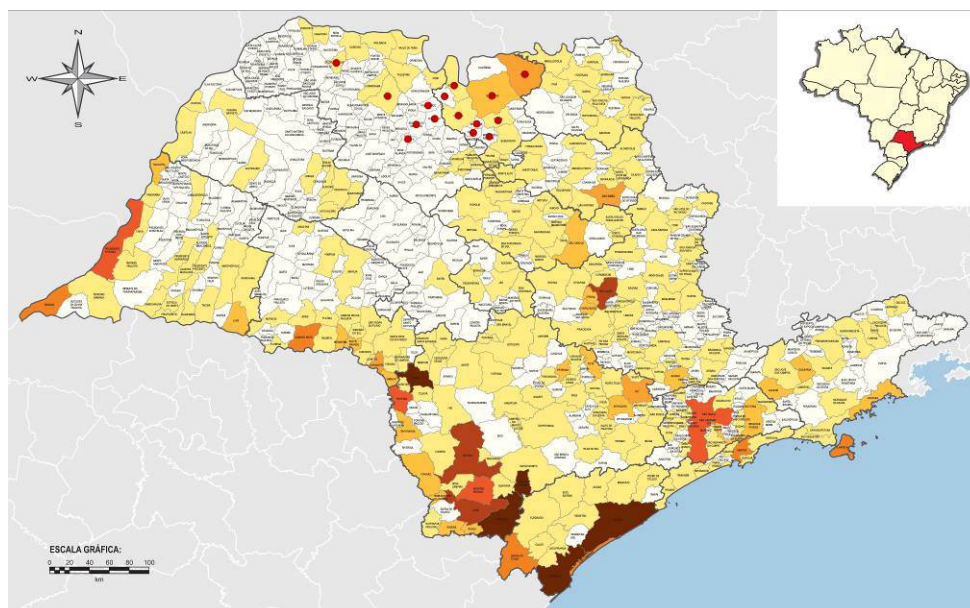


Figura 1. Mapa dos sítios arqueológicos cadastrados no Estado de São Paulo (MORAES WICHERS, 2011). As cores mais fortes significam um maior número de sítios registrados. Os municípios do programa Guarani estão indicados pelos círculos vermelhos.

A partir da integração de abordagens oportunísticas e probabilísticas nas consecutivas etapas de campo, efetuadas entre os anos de 2007 e 2010, foram identificados 62 sítios arqueológicos.⁶ Esses sítios estão inseridos em 12 municípios do norte paulista, sendo

⁵ Uso a terceira pessoa do plural, enfatizando o trabalho em equipe realizado no âmbito desse Programa.

⁶ Dentre os 62 sítios arqueológicos, temos: 14 sítios líticos, quiçá, relacionados aos contextos cronológicos mais recuados; 43 sítios lito-cerâmicos, dentre os quais, àqueles datados revelam o predomínio de sítios situados entre os séculos XV e XVII; 01 sítio arqueológico histórico associado ao século XX e 04 sítios onde temos contextos líticos e cerâmicos indígenas e vestígios posteriores, relacionados ao século XX. No

que, dentre esses, apenas dois municípios possuíam um patrimônio arqueológico detectado anteriormente: Olímpia e Guairá, com dois e seis sítios cadastrados, respectivamente. Dessa forma, esse programa representou um incremento de 700% no patrimônio arqueológico reconhecido para a região. Convém explicitar que, dentre os 62 sítios, 35 foram resgatados até o momento⁷. A detecção de uma estrutura funerária⁸ no sítio Olímpia IV apontou, efetivamente, o potencial das pesquisas em áreas de cana.

No que concerne à interpretação desses contextos, essa imensa região, delimitada ao norte pelo rio Grande, ao sul pelo rio Tietê, a oeste pelo rio Paraná e a leste pelo rio Pardo, é compreendida como um extenso corredor de influências de grupos indígenas diversificados, Tupis do Interior, Guaranis vindos do Sul, Jês Centrais e Meridionais, segundo dados etnográficos apresentados por Marcel Mano (2006).

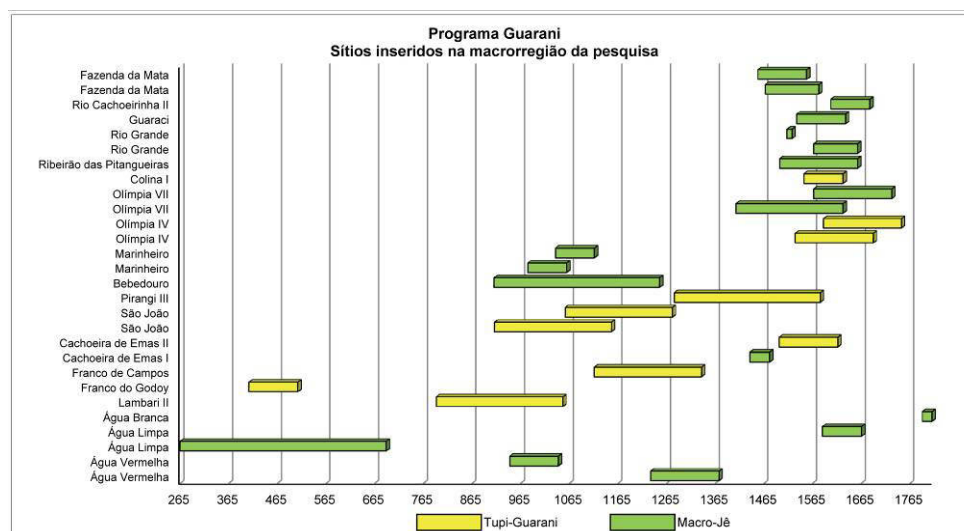


Gráfico 02. Cronologia dos sítios arqueológicos pesquisados no programa (Marinheiro, Olímpia IV, Olímpia VII, Colina I, Ribeirão das Pitangueiras, Rio Grande, Guaraci, Rio Cachoeirinha II, Fazenda da Mata), comparados aos sítios datados no norte paulista (Organização: Marcel Lopes).

As reflexões aqui pontuadas estão baseadas, sobretudo, na análise dos sítios arqueológicos resgatados até o momento, sobretudo, aqueles associados aos grupos

presente texto são enfatizados os resultados associados às ocupações situadas cronologicamente entre os séculos XV e XVII.

⁷ As etapas de resgate arqueológico foram desenvolvidas entre os anos de 2008 e 2012 e deverão ter continuidade no ano de 2013.

⁸ O tipo de enterramento não foi identificado, embora o crânio articulado à mandíbula e a clavícula em posição anatômica indiquem a presença de conexão e de uma possível deposição funerária primária. O NMI (número mínimo de indivíduos) é 1 (um), tratando-se de enterramento possivelmente simples. A face estava voltada para o norte e a orientação do eixo crânio-bacia não foi determinada. A estrutura funerária como um todo – materiais ósseos e dentários, recipiente cerâmico e tembetá – encontrava-se inserida na Unidade de Escavação 7. Os remanescentes ósseos e dentários, com adorno associado, encontravam-se distribuídos numa área de 60x10cm, com cota crânio de 53cm. Foi enviado para datação por AMS, no Laboratório Beta Analytic (Flórida, USA), 1 molar desarticulado do maxilar superior, coletado em campo, junto ao crânio. O resultado da datação foi de 390 +/- 40 BP (Beta – 241017/ A.M.S.), apontando para uma ocupação Tupi recente da região em estudo (PIEIDADE & SILVA, 2008 Apud ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2008: 151).

indígenas que ocuparam essa região entre os séculos XV e XVII. As pesquisas realizadas evidenciaram contextos extremamente híbridos que podem ser agrupados, de forma geral, em três conjuntos: 1) Contextos Tupi que podem de forma genérica ser associados à tradição arqueológica Tupiguarani, mas que revelam características diferenciadas que não os enquadram nas subtradições apontadas por Brochado (1984), apontando para estilos regionais específicos de grupos Tupi do interior (MORAES, 2007: 2) Contextos Jê que se assemelham a sítios da tradição Aratu, mas que não se enquadram nas características apontadas pela literatura (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996; FERNANDES, 2001) e ainda 3) Contextos Jê que mesclam características das Tradições Aratu/Uru.

A compreensão dessas ocupações, demanda a caracterização da variabilidade artefactual em tela, dos estilos tecnológicos e das redes de interação cultural subjacentes. Defendo que a classificação desses contextos a partir de uma visão normativa de cultura acaba perpetuando uma visão estática e empobrecedora das populações indígenas, com resultados diretos nos processos de comunicação museológica. Como apresento a seguir, essa tarefa é árdua, mas extremamente significativa para uma descolonização da Arqueologia Paulista.

Pesquisa arqueológica e memória social: o Programa de Educação Patrimonial

A concepção do programa partiu de uma articulação constante entre pesquisa arqueológica e musealização, integrando a dupla antropofagia do patrimônio arqueológico e assumindo as seguintes premissas:

Primeira premissa: acredito que os processos de socialização do patrimônio arqueológico devem articulá-lo a outros segmentos patrimoniais. Lembro que o patrimônio cultural é uma seleção de bens e valores de uma cultura, que formam parte da propriedade simbólica de determinados grupos (MERILLAS, 2003: 20). Ao ampliarmos o leque de referências patrimoniais estamos objetivando a construção de um diálogo efetivo com a sociedade, favorecendo processos de apropriação/construção/desconstrução do conhecimento gerado pela pesquisa arqueológica.

Segunda premissa: tomo a disciplina Museológica (BRUNO, 2000), em particular os princípios da Sociomuseologia (MORAES WICHERS, 2010), como aporte teórico e metodológico no desenvolvimento das ações, dialogando também com a metodologia da Educação Patrimonial. Ao abordar a metodologia da Educação Patrimonial busquei, em trabalho anterior (MORAES WICHERS, 2011), compreender a estratigrafia da relação entre

patrimônio, educação e museus retrocedendo à primeira metade do século XX. Entendo essa abordagem histórica como fundamental para compreensão de como essa metodologia foi antropofagizada (CHAGAS, 2004), transformando-se em um campo autônomo, repleto de possibilidades no cenário contemporâneo.

A concepção do programa partiu da compreensão de que processos museológicos potencializam a relação entre homem (sociedade) e objeto (patrimônio) para além dos cenários museológicos institucionalizados. Ainda que o programa não esteja sendo desenvolvido no seio de uma instituição museológica, a ação educativa centrada no patrimônio é um processo de natureza museológica. Ademais, me situo no âmbito da teoria construtivista que associa uma visão idealista do conhecimento ao papel ativo do indivíduo na aprendizagem, afirmando ainda a educação como prática política, aspecto particular ao pensamento freireano (FREIRE, 1987).

O programa foi organizado em três etapas: levantamento das realidades locais, multiplicação do conhecimento e avaliação do processo, inseridas em uma engrenagem metodológica na qual os processos de avaliação ocupam lugar de destaque, posto que esses processos possibilitam a retroalimentação do programa, de caráter continuado.⁹

O levantamento das realidades locais foi realizado sempre de forma concomitante ao próprio trabalho de Arqueologia. Nesse sentido, a coordenação integrada do programa de gestão e de educação patrimonial possibilitou uma visão integral do processo, permitindo uma reflexão profunda acerca da interface Arqueologia - Museologia.

O programa foi direcionado, prioritariamente à educação formal,¹⁰ por meio do trabalho com educadores, compreendidos como “agentes da educação da memória” (BRUNO, 2006) e multiplicadores por excelência do programa.

Najjar (2011), a respeito das críticas dirigidas aos programas de Educação Patrimonial que atuam apenas com a educação formal, salienta que dialogar somente com a

⁹ As ações aqui descritas foram desenvolvidas entre 2008 e 2010. A partir de então, ocorreram apenas ações pontuais na região, sendo que o programa deverá ser retomado, em maior profundidade, ao longo de 2013.

¹⁰ Além das ações voltadas para o público escolar aqui abordado, foram realizadas: palestras em cursos técnicos, sinalização de sítios arqueológicos, participações na Feira do Folclore de Olímpia e ações preliminares com trabalhadores do corte de cana. No que concerne ao último público mencionado, entendo que um espaço próprio de diálogo deve ser criado com esses sujeitos, para além, por exemplo, de palestras inseridas nos diálogos de saúde e segurança, ou ainda, conversas realizadas nos ônibus que fazem o transporte desses trabalhadores – caminhos que nos recusamos a percorrer. O que vemos é a inserção da Arqueologia nas ‘brechas’ de um dia já bastante cansativo. Outra questão de suma importância é como estabelecer uma ponte com o cotidiano desses sujeitos. Nesse sentido, partir do cotidiano de trabalho é um caminho. Do contrário: qual o significado de despejarmos “nosso conhecimento” sobre essas pessoas? Temos esse direito? Um programa de levantamento de histórias de vida, pautado nas memórias individuais, foi concebido para o trabalho com esse público, tendo sido realizadas as primeiras oficinas no ano de 2011, as quais foram conduzidas por Louise Prado Alfonso. Pretendemos dar continuidade a essa proposta ao longo desse ano.

escola é uma perspectiva estreita, mas não dialogar é mais estreito ainda. O educador aponta a relação Arqueologia, Cidadania e Escola como uma “trama a ser tecida”, onde a Educação Patrimonial pode alargar os processos de cidadania social.

Ainda na etapa de levantamento, foi realizada a concepção do material didático de apoio, composto por caderno de apoio ao multiplicador, caderno para público infante juvenil e *kit* de réplicas arqueológicas.

Por sua vez, a etapa de multiplicação envolveu a realização de oficinas organizadas em dois eixos estruturantes: 1) O método científico da Arqueologia possibilita o entendimento de como se dá a construção do conhecimento científico, tornando-se uma poderosa ferramenta pedagógica; 2) O conhecimento que a Arqueologia constrói pode possibilitar uma melhor compreensão do passado regional, enfatizando a diversidade cultural do território.

Durantes as etapas de 2009 e 2010, aqui analisadas, foram envolvidos 324 educadores nas oficinas realizadas, conforme demonstra a Tabela 1.

Tabela 1. Educadores envolvidos no programa

Município	Ano	Nº de Oficinas	Total de educadores
Olimpia	2009	2	77
Colina	2010	2	47
Tanabi	2010	4	63
Pedranópolis	2010	1	20
Barretos	2010	4	127

Nas oficinas foi recorrente a negação das diversas ocupações indígenas desse território, e o desconhecimento do fato do Estado de São Paulo apresentar diversas terras indígenas, prevalecendo uma visão de um “índio homogêneo que pertence ao passado”. Uma simples consulta aos *sites* de prefeituras dos municípios abordados deixa clara essa visão:

Em meados do século passado, entre os aventureiros da exploração e conquista das terras virgens e incultas, estava o mineiro Antônio Joaquim Miguel dos Santos, que perpetrou o devassamento pioneiro da terra que hoje habitamos[...] ¹¹
Os intrépidos exploradores deste sertão até então desconhecido foram, dentre outros, os companheiros do célebre Anhanguera e alguns outros aventureiros [...], à procura das terras devolutas, vieram os criadores de gado buscando melhores condições para a criação e desenvolvimento de seus rebanhos ¹².

¹¹ Dados presentes em <http://www.olimpia.sp.gov.br/index.php?abre=olimpia=sp=historia=de=olimpia> Acessado em 18 de Março de 2013.

¹² Dados presentes em <http://www.barretos.sp.gov.br/site-migracaodafamiliabarreto> Acessado em 18 de Março de 2013.

A figura do colonizador é correntemente destacada como alguém que imbuído de coragem chega a uma região com “terras devolutas”, sem menção aos grupos indígenas que ocupavam essas terras, resultando em uma idealização de um passado sem conflitos.

Não estou advogando aqui a existência de uma memória coletiva homogênea, uma vez que a substância da memória é tanto individual quanto social, como adverte Marilena Chauí: “o grupo retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária” (CHAUÍ, 1987: XXX). A mesma autora, dialogando ainda com a obra seminal de Ecléa Bosi (1987), fala da opressão da memória, cuja ação mais sinistra seria a da “história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos” (CHAUÍ, 1987: XIX). Ora, a história do interior paulista tem sido contada a partir da apologia dos bandeirantes e cafeicultores, revelando a permanência secular do discurso da exclusão (FUNARI, 2006). Marly Rodrigues, ao analisar a instituição do patrimônio em São Paulo, aponta:

Do conjunto de bens tombados no Estado de São Paulo, fazem parte poucas memórias de negros, de imigrantes e de trabalhadores. Os remanescentes de sedes de fazenda e ricas mansões urbanas sombreiam os de senzala, dos cortiços e dos bairros operários. Desse modo o patrimônio paulista se apresenta não apenas como perpetuador da memória, mas também do esquecimento oficial. A exclusão atinge não apenas os excluídos, mas remete toda a sociedade à idealização do passado como um tempo desprovido de contradições e diferenças. Além disso, não permite a reflexão sobre as relações hoje vigentes na sociedade, dessa forma reafirmando igualdades idealizadas e camuflando conflitos [...] (RODRIGUES, 1999: 151).

Incluimos ainda a essa assertiva, as memórias relativas aos grupos indígenas. Funari (2006), ao analisar a obra de Marly Rodrigues (1999), aponta que neste modelo normativo, a diferença aparece como desvio de norma, uma idealização do passado, cujos trechos apresentados das prefeituras de Olímpia e Barretos continuam a perpetuar. Para Santos (2003/2012), as representações coletivas podem ser responsáveis por processos de inclusão ou exclusão social. Assim, “a memória também é responsável pela imposição de coerções, exclusões e toda a sorte de controle social” (SANTOS, 2003/2012: 35). A mesma autora evidencia que é necessário aceitarmos que existem diversas formas de lidar com o passado e que todas elas envolvem interesses, poder e exclusões.

Essa breve digressão sobre a questão da memória social teve como objetivo pontuar um momento importante do Programa de Educação Patrimonial, quando optamos por problematizar as memórias em tela, enfatizando alguns dentre os resultados das pesquisas. Assim, os sítios arqueológicos estudados, datados entre os séculos XV e XVII, foram utilizados como mote para discussões acerca da colonização da região e extermínio dos

grupos indígenas, a partir da problematização dos conceitos de memória coletiva, memórias subterrâneas, memórias exiladas e passados excluídos (HALBWACHS, 1968/2006; POLLACK, 1989, 1992; BRUNO, 1995, 2000; SCHIAVETTO & RODRIGUES, 1999; SANTOS, 2003/2012).

Essa discussão só se tornou possível devido à prática arqueológica que, desde o início das pesquisas, se pautou na construção de um discurso a privilegiar o conceito de diversidade cultural, no qual o passado é projetado como diferença, conflito e resistência. Postura diametralmente oposta àquela que classifica as áreas em questão como destituídas de interesse arqueológico, ou ainda, àquela que classifica a cultura material sob o manto de tradições arqueológicas homogêneas.

Não detalharei aqui cada uma das oficinas realizadas¹³, me atendo a um aspecto de importância fulcral, pouco abordado nos programas de educação patrimonial: a avaliação. O que significou o envolvimento dos educadores? Quais os efetivos resultados quando falamos de memória e esquecimento?

A avaliação constitui-se em atividade essencial a qualquer ação educativa, contudo, ainda é pouco praticada em programas de educação patrimonial. Para Almeida (2006) a meta principal da avaliação é produzir informações de qualidade para a tomada de decisões, seja em um museu ou em outras instituições culturais e educacionais. Acredito que a avaliação da ação educativa em epígrafe poderá ser inspiradora de mudanças nas próximas etapas do programa, assim como a retroalimentação da prática arqueológica e museológica da equipe envolvida. O programa envolveu três eixos de avaliação:

- 1) Avaliação durante as oficinas - as primeiras impressões dos agentes multiplicadores: ao final das oficinas foi apresentada para os professores uma “Ficha de Avaliação da Oficina”, formada por quatro indicadores quantitativos e quatro qualitativos;
- 2) Depois da multiplicação - encontro de avaliação do processo educativo: a “Oficina de Formação de Multiplicadores” foi seguida do desenvolvimento de projetos pedagógicos em sala de aula e de um último encontro, com o objetivo de trocar experiências a respeito do processo. Nesse encontro, os professores apresentaram os projetos desenvolvidos, discutiram as potencialidades e fragilidades do programa e entregaram um relatório com o projeto realizado. Os projetos pedagógicos foram desenvolvidos de forma individual, em grupo ou por escola, totalizando 98 projetos. Nesse sentido optamos por deixar que cada educador escolhesse se desenvolveria sozinho ou em grupo a proposta. Da mesma forma, não houve

¹³ Cf. MORAES WICHES, 2011; ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011.

uma especificação sobre a forma de entrega do relatório mencionado, uma vez que optamos por conduzir o processo de forma mais aberta, plural e democrática. Em Olímpia, merece destaque o fato de que uma exposição dos trabalhos realizados foi montada na Secretaria de Educação, sendo uma ação desenvolvida a partir dos cartazes, réplicas de objetos arqueológicos, maquetes, enfim, produtos das atividades realizadas em sala de aula. Por meio dos relatórios entregues pudemos analisar as metodologias empregadas¹⁴ e as temáticas mais frequentes nos projetos desenvolvidos, expressas no gráfico a seguir:

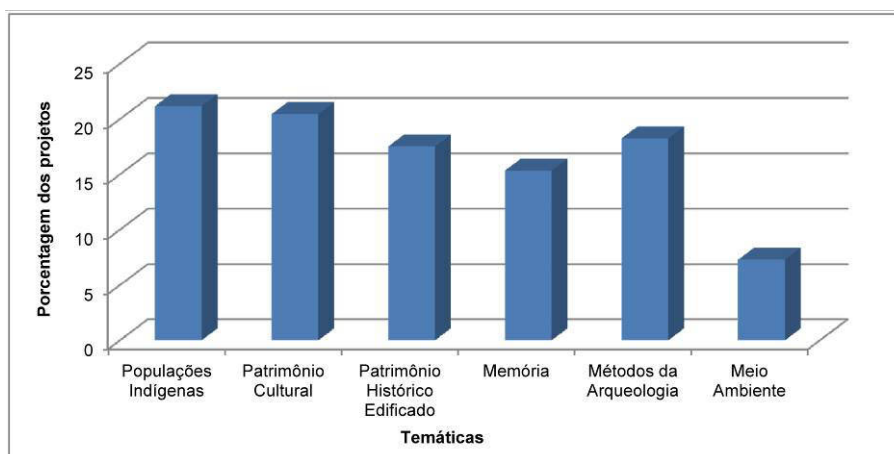


Gráfico 03. Porcentagem das temáticas abordadas pelos educadores nos projetos pedagógicos

3) Para além dos agentes multiplicadores - os trabalhos produzidos pelos alunos: uma terceira análise efetuada refere-se aos trabalhos realizados pelos alunos, os quais foram anexados aos relatórios encaminhados pelos educadores. Foi possível ter acesso a mais de 400 trabalhos, envolvendo linguagem visual e escrita. Essa análise possibilitou o acesso aos conteúdos e mensagens que chegaram do outro lado do eixo de comunicação, uma vez que tivemos contato direto apenas com os educadores e não com os alunos. Diante da lacuna observada na bibliografia pertinente, o método apresentado pelo projeto do Conselho de Museus, Arquivos e Bibliotecas da Grã-Bretanha, denominado *Learning Impact Research Project* foi utilizado, a partir de cinco resultados: conhecimento e compreensão; habilidades; atitudes e valores; prazer, inspiração, criatividade; ação, comportamento, progresso (ver **Figura 2**).

¹⁴ Leitura do material com os alunos, realização das atividades propostas no material, produção de textos, produção de cartazes, atividades com artes plásticas, atividades com música, atividades com materiais audiovisuais, pesquisas na Internet, entrevistas com familiares e membros da comunidade, visita a bens patrimoniais, visita a museus, confecção de maquetes, oficinas de produção cerâmica, sítio arqueológico simulado, montagem de exposições e teatralização. Destacamos que grande parte das abordagens mencionadas não estava presentes no material de apoio didático, tendo sido concebidas pelos próprios educadores.

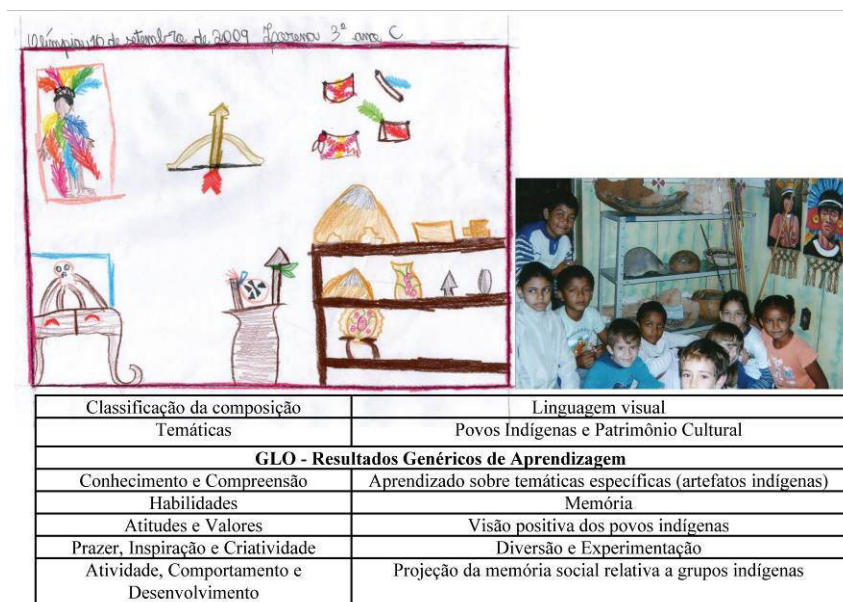


Figura 2. Produção de aluno, imagem da atividade desenvolvida (visita ao Museu do Folclore de Olímpia) e Ficha de análise correspondente aos GLO - Resultados Genéricos de Aprendizagem.

Considerações finais

O Estado de São Paulo ocupa lugar de destaque no mercado sucroalcooleiro, sendo responsável por metade da produção nacional. Contudo, as pesquisas arqueológicas não têm “acompanhado” o avanço das safras. Dentre as pesquisas realizadas, pouquíssimas têm envolvido a escavação sistemática desses contextos (resgate), sendo necessário averiguar essa situação. Vemos que tais contextos continuam sendo pontuados como áreas de baixo potencial arqueológico e/ou como sítios arqueológicos destruídos. Amarras teórico-metodológicas e ideológicas, via de regra, tem empobrecido o potencial dessas áreas para a pesquisa, bem como a função política e social do discurso arqueológico nesses contextos.

Conforme mencionado, os contextos sociais em tela são marcados pela negação das ocupações indígenas desse território e/ou por sua homogeneização em visões estereotipadas.

Trazer à tona discussões arqueológicas contemporâneas, como por exemplo, o questionamento da ideia de que as tradições arqueológicas encerram culturas homogêneas, torna-se extremamente difícil em contextos onde essas populações foram desprezadas, excluídas e apagadas da memória social. Mas, esse é um esforço urgente. Os resultados do programa de pesquisa trouxeram à tona dados bastante concretos com relação à ocupação indígena desse território, sobretudo, entre os séculos XV e XVII. Esse foi o principal dado arqueológico utilizado no processo de musealização e nesse sentido a Arqueologia foi utilizada como uma ferramenta política poderosa.

O principal elemento para o efetivo desenvolvimento do Programa de Educação Patrimonial, aqui entendido como processo de musealização, tem sido o protagonismo dos educadores, aqui entendidos como multiplicadores e agentes da educação da memória. Foram envolvidos 334 educadores, os quais possibilitaram o desenvolvimento do programa para um público escolar de mais de 6000 alunos. A efetiva parceria estabelecida na Oficina foi à mola propulsora para que os projetos pedagógicos fossem desenvolvidos, tendo como pano de fundo os conteúdos debatidos, mas indo além. As estratégias metodológicas foram bastante ampliadas em relação às sugestões e propostas do programa. Foram esses protagonistas que potencializaram o uso do patrimônio arqueológico de forma que o ‘trabalho morto’ que nele foi investido fosse transformado em suporte de novos investimentos simbólicos (DURHAM, 1984: 34)

Como afirma Grazzi (2009), a escola ainda apresenta conteúdos estagnados e estereotipados referentes à imagem-identidade do indígena brasileiro. Defendo que a temática indígena, trabalhada pelo viés da Arqueologia coloca-se como ponto fundamental para a formação de cidadãos e para a inclusão social. Acredito que o programa colaborou para um primeiro movimento de mudança em relação a esses passados excluídos, atuando para a reversibilidade dos olhares acerca dessas populações. Não obstante, foram apenas os primeiros passos de uma longa caminhada, dados os desafios evidenciados.

É importante salientar que todo o tempo atuamos como mediadores e tivemos que certamente negociar com nossos interlocutores. Por um lado, objetivávamos trabalhar com as memórias exiladas e com os passados indígenas excluídos. Por outro lado, a premissa de que temos que inserir nos discursos patrimoniais as diferentes visões dos sujeitos envolvidos trazia desafios constantes. O exemplo da Festa do Peão de Barretos, trabalhado de forma notável nos projetos pedagógicos mostra essa negociação. Há que se incluir as diferentes visões acerca do patrimônio, mas sem esquecer que essas visões por vezes excluíram importantes partes da história, como o extermínio das sociedades indígenas.

No programa trazido à baila, o fazer museológico esteve organicamente integrado ao fazer arqueológico, partindo dos mesmos posicionamentos teóricos, políticos e éticos. Tais proposições englobam as construções de histórias indígenas para o interior paulista, problematizando os passados excluídos e inserindo na agenda da Arqueologia Paulista questões concernentes à memória social.



Agradecimentos

À equipe da Zanettini Arqueologia que atua nesse projeto, em especial: Paulo Zanettini, pelas observações ao trabalho; Luana Antoneto Alberto pelas pesquisas de campo; Marcel Lopes pelas análises e discussões acerca dos artefatos; Louise Prado Alfonso, pela atuação no programa de Educação Patrimonial. À equipe do Grupo de Estudos Arqueológicos (GEA)/ Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara (MAPA) que tem realizado os procedimentos curatoriais e analíticos dos acervos. Por fim, às comunidades de Olímpia, Barretos, Colina, Tanabi e Pedranópolis por terem recebido o Programa de Educação Patrimonial e me possibilitado uma leitura crítica do mesmo.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Adriana Mortara. “Avaliação de Ações Educativas em Museus – 14/08/2006”. In: *1º Encontro das Ações Educativas em Museus da cidade de São Paulo*. 2006. Disponível em http://www.forumpermanente.org/.event_pres/encontros/dim-educ/doc/mesa2/a-mortara-apres. Acessado em 10 de Abril de 2011.

ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello. *Teoria e método em arqueologia regional: um estudo de caso no Alto Paranapanema, Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado. 2001. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da história - Princípios e conceitos fundamentais*. Petrópolis, Vozes, 2011. Vol. I.

BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

BROCHADO, J. P. *An ecological model of spread of pottery and agriculture into eastern South América*. Tese de Doutorado, University of Illinois at Urbana-Champaign. 1984.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema*. Tese de Doutorado. 1995. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *A luta pela Perseguição ao Abandono*. Tese de Livre-Docência. 2000. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Principais Campos da Ação Museológica*. In: Seminário CCBB: Museus e Exposições no Século XXI: Vetores e Desafios Contemporâneos, Julho de 2004. (Comunicação)



BRUNO, Maria Cristina Oliveira. “Arqueologia e Antropofagia: A musealização de sítios arqueológicos”. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, n.31. p. 234-247. 2005.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. “Museus e pedagogia museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória”. In: Saul Milder. *As várias faces do patrimônio*. Santa Maria, Pallotti, 2006. p. 119-140.

CHAGAS, Mário. “Diabruras do saci: museu, memória, educação e patrimônio”. *MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia*. v.1, n.1. 2004.

CHAUÍ, Marilena. “Os trabalhos da memória”. In: Eclea Bosi. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

DURHAM, Eunice Ribeiro. “Texto II”. In: ARANTES, Antônio Augusto Arantes. (org). *Produzindo o passado. Estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo, Brasiliense. 1984. pp.23-58.

FERNANDES, Suzana Cesar Gouveia. *Estudo tecnotipológico da cultura material das populações pré-históricas do Vale do Rio Turvo, Monte Alto, São Paulo e a tradição Aratu-Sapucai*. Dissertação de Mestrado. 2001. Programa de Pós-Graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FUNARI, Pedro P. A. (2006). “Contradições e esquecimentos nas imagens do passado”. In: FUNARI, Pedro P. A.; DOMÍNGUEZ, Lourdes.; FERREIRA, Lucio M. *Patrimônio e cultura material*. Textos Didáticos, n.59, IFCH/ UNICAMP, 2006.

GRAZZI, Leila G. I. *Imagem-Identidade Indígena: construção e transmissão em escolas não indígenas*. 2009. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Gradua em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Centauro, 2006.

MACKENZIE, R. & STONE, P. *Introduction: the concept of excluded past*. In: *The excluded past: Archaeology in education*. London, Unwin Hyman, 1990.

MACKENZIE, R. & STONE, P. *Introduction: the concept of excluded past*. In: *The excluded past: Archaeology in education*. London, Unwin Hyman, 1990.

MANO, Marcel. *Os campos de Araraquara: um estudo de história indígena no interior paulista*. 2006. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MERILLAS, Olaia Fontal. *La educación patrimonial. Teoría y práctica para el aula, el museo e Internet*. Gijón/ Astúrias, Ediciones Trea, 2003.



MORAES WICHERS, Camila Azevedo. *Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (des) caminhos da prática brasileira*. 2010. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2010.

MORAES WICHERS, Camila Azevedo. *Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas*. 2011. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MORAES, Camila Azevedo de. *Arqueologia Tupi no nordeste de São Paulo: um estudo de variabilidade artefactual*. 2007. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

NAJJAR, Jorge. “Arqueologia, cidadania e escola: uma teia a ser tecida”. In: *XVI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira/ XVI World Congress UISPP*. Florianópolis, 2011. Comunicação.

POLLACK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3. 1989. p. 3-15.

POLLACK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10. 1992. p.200-212.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika M. *Os grupos ceramistas pré-coloniais do Brasil Central: Origens e Desenvolvimento*. Tese de Doutorado. 1996. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

RODRIGUES, Marly. *Imagens do Passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987*. São Paulo, UNESP. 1999.

SANTOS, M. S. *Memória Coletiva e Teoria Social*. São Paulo, Annablume, 2012.

SCHIAVETTO, S. N. O. & RODRIGUES, R. A. “Arqueologia e Educação: o passado excluído do Brasil”. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*, v. 09. p.312-313. 1999. (Nota).

SHANKS, M. & TILLEY, C. *Social Theory and Archaeology*. Albuquerque, University of New Mexico Press. 1988.

SHANKS, M. & TILLEY, C. *Re-Constructing Archaeology*. London/New York, Routledge, 1992.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Programa de Prospecções e Resgate Arqueológico. Área destinada à instalação de planta industrial, Usina Guarani S/A - Unidade Pedranópolis*. Município de Pedranópolis, São Paulo, 2007. (Relatório Final).

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Programa de resgate e monitoramento arqueológico. Usina Guarani S/A – Açúcar e Alcool (Usina Cruz Alta – Unidade III)*, Município de Olímpia, São Paulo, 2008. (Relatório Final)



ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Programa Guarani de Gestão dos Recursos Arqueológicos. Programa de Resgate - Área de expansão de cultivo da Usina São José*, São Paulo, 2009. (Relatório Final)

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Programa Guarani de Gestão dos Recursos Arqueológicos. Programa de Educação Patrimonial e Inclusão Social. (Ações 2008-2010)*. Municípios de Olímpia, Barretos, Tanabi, Colina e Pedranópolis, São Paulo, 2011. (Relatório Final)